

INFO UGT

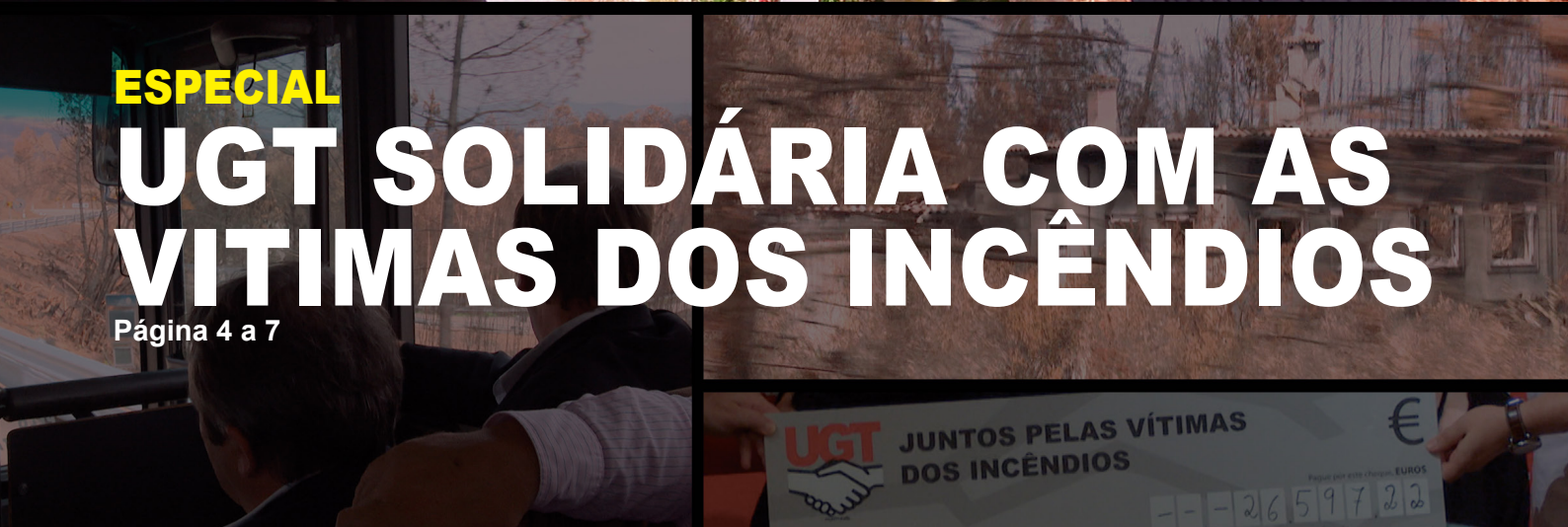
Director Carlos Silva | Directora Adjunta Lucinda Dâmaso | Bimestral | ano 2017 | nº 2 | Edição Especial: Agosto e Setembro



ESPECIAL

UGT SOLIDÁRIA COM AS VITIMAS DOS INCÊNDIOS

Página 4 a 7



POLÍTICA REIVINDICATIVA
ESTÁ DEFINIDA A POLÍTICA
REIVINDICATIVA DA UGT PARA OS
PRÓXIMOS QUATRO ANOS

Página 8



GREVE MEO/ALTICE
UGT UNIDA NA DEFESA DOS
TRABALHADORES DA PT

Página 15



**EDIÇÃO
ONLINE**

FAÇA DOWNLOAD
DA REVISTA EM
www.ugt.pt

CEFOSAP

CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL
E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

20 anos de formação em todo o País

UFCD - Unidades Formação Curta Duração



Centros Qualifica



Formação Contínua - Certificado Aptidão para Motoristas



Cooperação



E - Learning



WWW.CEFOSAP.PT

LISBOA - SERVIÇOS CENTRAIS - Rua Vitorino Nemésio, 5 1750-306 Lisboa Telefone: 218 626 040 Fax: 218 626 041 e-mail: geral@cefosap.pt

DELEGAÇÃO DO PORTO - Avenida Rodrigues de Freitas, 150 4000-416 Porto Telefone: 225 101 472 Fax: 225 188 890 e-mail: servicos.porto@cefosap.pt

PÓLO DE AVEIRO - Rua Combatentes Grande Guerra, 81 - 2º Fracção P 3810-087 Aveiro Telefone: 234 425 714 Fax: 234 423 497 e-mail: servicos.aveiro@cefosap.pt

PÓLO DE PORTALEGRE - Rua de Olivença, nº 33 - 2º 7300 - 149 Portalegre Telefone: 245 202 651 / 245 328 294 Fax: 245 203 165 e-mail: servicos.portalegre@cefosap.pt

PÓLO DE VISEU - Avenida Infante D. Henrique, nº 42 3510 - 070 Viseu Telefone: 232 467 100 Fax: 232 467 109 e-mail: servicos.viseu@cefosap.pt

PÓLO DE COIMBRA - Avenida Fernão de Magalhães, 476 3000 - 173 Coimbra Telefone: 239 151 082 Fax: 239 854 889 e-mail: servicos.coimbra@cefosap.pt



Paula Bernardo
Secretária-Geral Adjunta da UGT

"Protecção da floresta exige uma legislação moderna e adequada aos novos contexto"

ÍNDICE

UGT

UGT Solidária com as Vítimas dos Incêndios | 4

Sindicatos Unidos e Solidários | 6

Política Reivindicativa | 8

INTERNACIONAL

Sindicato LIUNA angaria mais de 400 mil dólares para as vítimas de Pedrógão Grande | 10

CES avalia aprofundamento da União Económica e Monetária | 11

SINDICALISMO

UGT Lança campanha de informação sobre riscos de exposição ao amianto | 12

Secretários-Gerais da FNE e UGT visitam duas escolas no Porto | 14

UGT Unida na Defesa dos Trabalhadores da PT | 15

Notícias Sindicatos | 16

AGENDA & SABIA QUE | 19

FICHA TÉCNICA

Propriedade:
União Geral de Trabalhadores - NIF 501 093 982

Diretor: Carlos Silva

Diretora-Adjunta: Lucinda Dâmaso

Editor: Lúcia Macau

Redação: Maria Vieira, Miguel Marques, Teresa Cavaco,

Tiago Kalidás, Vanda Fonseca, Vanda Pina

Grafismo e Paginação: Renato Nunes

Sede, Redação e Produção:

Rua Vitorino Nemésio, nº5 - 1750-306 Lisboa

tel. 213 931 200 | fax. 213 974 612

Correio eletrónico: geral@ugt.pt

Periodicidade: Bimestral

Registado da ERC: n.º 126952

A publicidade publicada e/ou inserta em INFO UGT é da total responsabilidade dos anunciantes



O debate sobre a preservação da floresta e o combate aos incêndios, que se vem repetindo a cada ano, esteve este Verão marcado pelo trágico incêndio na região centro com perda de muitas vidas humanas e que deixou claras as fragilidades com que o País se confronta em termos institucionais e de intervenção territorial.

Foi também trazido para este debate público um sentido de maior urgência nas soluções a adoptar, não apenas pelas respostas imediatas a dar às populações e empresas afectadas este ano, mas também e sobretudo pela necessidade e urgência, de encontrar soluções de compromisso que assegurem mudanças mais profundas e estáveis nestes domínios, por forma a evitar que tragédias como esta se repitam no futuro.

Estamos conscientes que a protecção da floresta exige uma legislação moderna e adequada aos novos contexto. Assim, regista-se positivamente o processo de reforma legislativa em curso, que já conduziu à aprovação de vários diplomas, em domínios como o regime de arborização, o sistema de defesa contra incêndios ou ainda o sistema simplificado de informação cadastral.

Contudo, como o passado bem o demonstra, não é suficiente legislar. É essencial que essa legislação seja acompanhada de condições que garantam a sua operacionalização e concretização no terreno e que reforcem a efectividade da lei, de forma a produzir os efeitos desejados: uma floresta geradora de riqueza e de emprego, uma floresta segura para as populações e ambientalmente sustentável, uma floresta que contribua para o desenvolvimento regional.

Estamos todos cientes das dificuldades e problemas com que se confrontam todos os que decidem viver e permanecer nas regiões do interior, que resultam da inexistência e da ineficácia de políticas com uma dimensão verdadeiramente regional, contexto que a política de austeridade, nomeadamente pelos cortes cegos de muitos serviços públicos de proximidade, só agravou.

Assim, a discussão sobre florestas e incêndios não pode desligar-se de um debate mais alargado sobre a política de coesão territorial, económica e social, visando a construção de uma estratégia integrada em áreas centrais como criação e fixação de emprego, mobilidade, dinamização do tecido produtivo, rede de transportes e infraestruturas, fiscalidade, política de ordenamento do território ou ainda modelo de organização política e de atribuição de competências entre os níveis central e local.

A UGT não deixará de suscitar a discussão desta matéria em sede de concertação social pois considera que esta reforma tem necessariamente de ser construída no quadro de um amplo consenso político e social que garanta a sua estabilidade e a sua sustentabilidade, num caminho de progresso e de coesão social para as nossas regiões e o nosso País •



UGT SOLIDÁRIA COM AS VITIMAS DOS INCÊNDIOS

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

O Secretariado Nacional (SN) da UGT reuniu em 19 de julho, em Figueiró dos Vinhos, um das vilas afetadas pelos incêndios de 17 de junho, tendo provocado 64 vítimas mortais e mais de 200 feridos. Além de dar cumprimento à descentralização das reuniões dos órgãos nacionais, a realização deste encontro nesta região permitiu aos dirigentes sindicais observarem o estado de devastação em que se encontram estes territórios, a emergência da colocação das ajudas ao dispor das populações e chamar à centralidade do debate público a questão do desenvolvimento e valorização do interior.

Durante esta reunião, o Secretário-geral da UGT defendeu um reforço do fundo de emergência municipal das autarquias afectadas pelos incêndios. Para Carlos Silva são “as

câmaras municipais que têm um conhecimento do terreno, conhecem as pessoas e conhecem as localidades”.

A resolução aprovada, por unanimidade, pelos dirigentes nacionais exigiu, nas palavras do líder da UGT, “celeridade na disponibilidade de tudo o que são verbas arrecadadas de apoio às vítimas”.

O documento que foi enviado aos grupos parlamentares, primeiro-ministro, membros do Governo, Presidente da República e restantes parceiros sociais, abordou o tema da valorização do interior e da necessidade de regeneração da floresta portuguesa. No texto, a UGT alertou para a necessidade de uma reflexão e de uma discussão aprofundada que





envolva os vários actores políticos e sociais, no sentido de se construir uma verdadeira estratégia nacional que afrente os problemas com que as populações, os trabalhadores e as empresas do interior do País se confrontam. A central reconheceu a

legislatura, sendo necessária a construção de uma estratégia integrada assente num amplo consenso político e social que a garanta a sua estabilidade, a sua coerência e a sua sustentabilidade em áreas centrais como a criação e fixação de emprego, mob-

No discurso final, Carlos Silva fez questão de sublinhar que entregava este donativo a uma autarquia por ser um organismo escrutinado pelos cidadãos •



existência de uma maior atenção governativa relativamente à valorização do território, tendo apresentado um vasto conjunto de medidas, algumas em fase de implementação.

Contudo, a UGT chamou a atenção para o facto de que o sucesso de uma verdadeira política de coesão territorial, económica e social não poderá depender apenas do esforço de um único governo ou de uma única

ilidade, dinamização do tecido produtivo, rede de infraestruturas ou política de ordenamento do território.

No final do SN, o Secretário-geral entregou à Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos um cheque no valor de cerca de 27 mil euros angariado pela central sindical na conta solidária aberta para ajudar as vítimas dos incêndios da região Centro do País.



SINDICATOS UNIDOS E SOLIDÁRIOS



JOÃO DIAS DA SILVA - SECRETÁRIO-GERAL FNE

"Esta é uma iniciativa extremamente importante. É uma iniciativa que é simbólica e de compromisso. É simbólica porque vem trazer uma mensagem de solidariedade à região. De compromisso porque apontamos para uma revisão de políticas que visam garantir a mobilização de políticas sociais e de protecção das pessoas."



JOSÉ ABRAÃO - SECRETÁRIO-GERAL FESAP

"Este exemplo de descentralização da UGT é o exemplo que o Governo deve dar descentralizando competências para o interior, cumprindo a proximidade aos cidadãos, às pessoas, para um desenvolvimento equilibrado do País."



DINA CARVALHO - SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA UGT

"Viemos trazer o nosso abraço solidário a toda esta população, a todos estes trabalhadores e a estes empresários que perderam tudo. Viemos trazer o nosso afecto, o nosso carinho e o nosso "estamos cá" de livre e espontânea vontade para os ajudar naquilo que esses precisarem."



LUÍS AZINHEIRA - PRESIDENTE DO SITESE

"O nosso papel é acompanhar todo este processo. Fazer com que Figueiró dos Vinhos não seja esquecido e melhorar no futuro o ordenamento florestal."



HELENA CARVALHEIRO - PRESIDENTE SBC

"É uma força importante para vir a estes concelhos demonstrar aquilo que se viveu e que se sente."



RUI RISO - PRESIDENTE SBSI

"A preocupação que devemos ter perante estas circunstâncias é sobretudo uma preocupação de solidariedade, mas também de incremento e de dar visibilidade a este tema", "Aproveitemos toda a solidariedade que se gerou em torno desta calamidade. Tenhamos a capacidade fazer deste ponto, um ponto de partida e não um ponto de chegada."



CARLOS MOREIRA - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUVENTUDE UGT

"É importante que o Governo olhe com preocupação para esta realidade. Uma região que está cada vez mais desertificada e que se não houver criação de emprego rapidamente ou recuperação de empregos que já existiam, rapidamente se trará uma região mais desertificada."

JOSÉ ARSÉNIO - SECRETÁRIO-GERAL SINDETELCO

"A UGT está cá para demonstrar às populações que estamos com elas e que estamos cá para ajudar na recuperação das suas vidas."



OSVALDO PINHO - SECRETÁRIO-GERAL SINDEQ

"A UGT defende causas e a causa que nos une é a solidariedade entre trabalhadores."



SÉRGIO MONTE - SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO UGT

"O sindicalismo é solidariedade e altruísmo, quando não é isto, não é sindicalismo e portanto a UGT além de manifestar a solidariedade a toda esta região e a todos os seus habitantes, também vem aqui assumir um compromisso importante o de não deixar cair no esquecimento esta situação."



JOSÉ RICARDO COELHO - PRESIDENTE SPZC

"Como organização que somos, representantes de trabalhadores e trabalhadoras no País estamos aqui, com este gesto carregado de simbolismo, para que efetivamente mostremos a todos que temos de ser solidários com estas situações trágicas." , "É preciso mudar de políticas no sentido de incentivar a fixação de pessoas e a fixação de empresas, capazes de contrariar a desertificação desta região"



LINA LOPES - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MULHERES UGT

"Sindicalismo é isto mesmo. É estarmos junto das pessoas, não só dos trabalhadores, mas das pessoas que precisam de ajuda."



CLARISSE SANTOS - SECRETÁRIA-GERAL SMAV

"Sindicalmente temos a função de através da nossa acção social contribuir diretamente para fazermos parte da reconstrução desta zona do País"



CARLOS ALMEIDA - PRESIDENTE SOJ

"Vimos aqui dar o sinal ao País de que o movimento sindical é sinónimo de solidariedade entre trabalhadores."



JOSÉ GUERRA DA FONSECA - VICE-PRESIDENTE SBN

"A UGT com este gesto simbólico veio demonstrar a solidariedade do movimento sindical a esta população"



POLÍTICA REIVINDICATIVA 2017-2018

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes



Está definida a política reivindicativa da UGT para os próximos quatro anos. Linhas programáticas aprovadas no último Congresso que visa o crescimento económico, a criação de mais emprego e uma justa distribuição da riqueza e dos rendimentos.

Assim sendo, a Central decidiu estabelecer um conjunto de reivindicações imediatas com o objetivo de ter efeitos até 2018, tendo em conta a urgência do aprofundamento de um ciclo político em que se melhore os rendimentos dos portugueses, até porque, e de acordo com aquilo que a UGT sempre defendeu, a reversão de políticas anteriores permitiram crescer economicamente, aumentar o emprego, diminuir o desemprego e inverter a degradação dos setores de proteção social não colocando, de todo, em causa os compromissos internacionais, prova disso o défice orçamental em níveis historicamente baixos, permitindo a Portugal sair do Procedimento por Déficit Excessivo.

Mas vamos por partes. Começamos pelo aumento dos rendimentos dos portugueses. A UGT pautou sempre a sua intervenção pela apresentação de propostas de aumentos salariais ponderados, justos e adequados à realidade, mas que promovam a melhoria dos rendimentos e das condições de vida dos trabalhadores. Assim, a Central propõe um aumento médio dos salários a variar entre os 3 e os 4 por cento, atendendo, também, às condições económico-financeiras das empresas. Além disso, a UGT não abdica

do aumento do salário mínimo para os 585 euros já a partir de 1 de janeiro, permitindo chegar aos 600 euros no final da atual legislatura.

Depois, no que diz respeito às medidas fiscais, a UGT acredita ser possível diminuir a carga fiscal, ainda que assinala a ligeira descida em 2016 e possivelmente este ano. Desta forma, a Central propõe a reposição dos 8 escalões de IRS e a revisão das taxas de imposto; a atualização dos escalões, das deduções e dos benefícios fiscais; a revisão das tabelas de retenção do IRS; a revisão do quadro de benefícios e deduções de IRS; uma discussão sobre o regime de englobamento de rendimentos das pessoas singulares; o reforço das medidas de combate à fraude e evasão fiscais e economia informal; e a criação de medidas de discriminação positiva nas regiões do interior.

Falando da proteção e da justiça social, a UGT decidiu propor o aumento de todas as pensões, bem como a atualização do Indexante de Apoios Sociais para os 440 euros, ou seja, um aumento de 4,4 por cento em relação ao valor atual, deixando claro que em 2018 esse valor deverá estar fixado nos 455 euros e, nesta linha, deverá ser feita uma atualização das demais prestações e apoios sociais, bem como a regra da atualização das pensões e o reforço da proteção social no desemprego.

Mas a UGT decidiu ir mais longe e vai requerer o acesso sem penalizações à reforma antecipada dos trabalhadores com 60 anos de idade e 40 de carreira contributiva. Deverá ainda existir uma idade legal fixa de

acesso ao regime de reformas antecipadas e a reabertura do regime de antecipação a todos os trabalhadores com 55 anos de idade e 30 de carreira contributiva, entre outros pontos que julgamos importantes para permitir aos trabalhadores terem poder de escolha em matéria de aposentação.

O combate à precariedade é, já se sabe, um dos grandes desafios da UGT. Nesse sentido, a Central decidiu implementar medidas que penalizem a contratação precária. Além disso é importante limitar a duração máxima da contratação a termo e estabelecer um número máximo de renovações dos contratos de trabalho temporário, alargando o regime de sanções acessórias dos casos de falso trabalho independente, entre outras medidas que julgamos importantes nesta nova fase que o País atravessa.

Na negociação colectiva há que criar condições para um maior equilíbrio negocial na legislação laboral, garantir que o regime da sobrevivência e caducidade das convenções colectivas seja efectivamente potenciador de uma negociação, meta que a UGT defendeu, defende e defenderá sempre com as especificidades inerentes a uma negociação em sede de concertação social que vise dotar os trabalhadores de melhores condições profissionais e pessoais •

Leia o documento com todas as propostas da UGT:
<https://goo.gl/wXTAz9>



+ JUVENTUDE
+ TRABALHO DIGNO
+ EMPREGO JOVEM



#JuntosSomosMaisFortes

facebook.com/ugtjuventude

SINDICALIZA-TE!



SINDICATO L.I.U.N.A ANGARIA MAIS DE 400 MIL DÓLARES PARA AS VÍTIMAS DE PEDRÓGÃO GRANDE

texto Vanda Fonseca foto UGT



breve resenha da realidade naquela região e mesmo quem até ali tinha conseguido manter a compostura acabou por se render às lágrimas. "Vivo numa aldeia chamada Campe-lo que ardeu toda, à excepção das casas", afirmou Carlos Silva, que destacou a perda de vidas e a forma como as comunidades em redor foram atingidas no seu dia-a-dia, comovendo quem o escutava.

Com esta deslocação ao Canadá, a UGT assinou um protocolo de colaboração com o L.I.U.N.A, o maior sindicato de trabalhadores da construção civil da América do Norte (55 mil filiados, 65% dos quais são portugueses ou luso-descendentes) que visa apoiar os trabalhadores portugueses na diáspora •

Em apoio às campanhas de angariação de fundos outros testemunhos se viriam a escutar, nomeadamente do cônsul-geral, Luís Barros, e do ministro das Finanças do Ontário, Charles Sousa, mas nenhum tão forte e comovente como o do secretário-geral da UGT que pintou um retrato vivido do que presenciou e das repercussões dos incêndios.



Uma delegação da UGT, liderada pelo Secretário-geral, Carlos Silva, esteve em Toronto, no Canada, a convite do L.I.U.N.A 183 (Labourers' International Union of North America) para participar nas comemorações do Dia da Família, que tiveram lugar nos dias 8 e 9 de julho, no Downsview Park. Uma iniciativa que juntou mais de 60 mil pessoas, a grande maioria imigrantes portugueses.

No dia 7, a comitiva sindical portuguesa teve a oportunidade de participar numa cerimónia no consulado de Portugal em Toronto, onde testemunharam um grande gesto de solidariedade por parte dos sindicatos canadianos que uniram esforços, e pelas mãos do português Jack Oliveira, líder do "L.I.U.N.A 183" entregaram a directora da CGD no Canadá um cheque no valor de 412.500 dólares canadianos para as vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra.

Aproveitando a ocasião, o Secretário-geral da UGT fez uma



As suas palavras foram enaltecedoras de iniciativas como esta a que veio assistir no Canadá, e que classificou como um "gesto de extremo humanismo e solidariedade".



CES avalia aprofundamento da União Económica e Monetária

texto Lúcia Macau

foto UGT

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) solicitou uma revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento no que diz respeito ao seu carácter pro-cíclico e ao impacto no investimento público. Um Tesouro Europeu implicaria também uma revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento e asseguraria um nível mínimo de investimento público em todos os Estados-Membros.

Os títulos emitidos pelo Tesouro Europeu seriam um instrumento de dívida destinado a igualar os títulos do Tesouro dos EUA - um instrumento de dívida que o BCE pode comprar

para fins de política monetária e de estabilidade financeira. A taxa de juros seria, portanto, a referência geral

Tal quadro ligaria o euro e a sua gestão, estabelecida de forma centralizada, às orientações políticas estabelecidas no tempo de forma descentralizada, permitindo a sobrevivência do euro e a implementação do projeto europeu.

O aprofundamento da União Económica e Monetária também implica uma revisão do Semestre Europeu. A governança atual está demasiado focada nas finanças públicas sólidas e na redução dos déficits. Se for apresentada uma visão do Estado de bem-estar da União, com um papel ativo do setor públi-

co, isso deve refletir-se nos critérios de governança e no quadro de avaliação macroeconómico. Uma dimensão social deve significar garantir direitos fundamentais, promover a negociação coletiva e desenvolver serviços públicos de qualidade. Significa também que não deve haver mais liberalização de tais serviços. Além disso, seria necessário algum tipo de harmonização social e fiscal •

Leia o documento
aprovado no Comité
Executivo da CES
em
<http://bit.ly/2yn2nXf>



O FUTURO DA EUROPA

publicidade



ORADORES
António Vitorino



Adriano Moreira



ABERTURA

CARLOS SILVA
Secretário-Geral da UGT



GONÇALO LOBO XAVIER
Vice-Presidente do CESE

COMENTADORES



GABRIELE BISCHOFF
Presidente do Grupo dos Trabalhadores do Conselho Económico e Social Europeu
Responsável do Departamento de Política Europeia da DGB (Confederação Sindical Alemã)



ERICH FOGLAR
Presidente da ÖGB (Confederação Sindical Austríaca)



KARL-PETTER THORWALDSSON
Presidente da LO-Sweden (Confederação Sindical Sueca)

MODERAÇÃO:

JOÃO DIAS DA SILVA
Vice-Presidente da UGT e Membro do CESE



17H00 ENCERRAMENTO



LUCINDA DÂMASO
Presidente da UGT

ANA PAULA ZACARIAS
Secretária de Estado dos Assuntos Europeus



AUDITÓRIO 1 DA UGT
LISBOA, 11 DE OUTUBRO 2017
14H30 ÀS 17H00

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

UGT lança campanha de informação sobre riscos de exposição ao amianto

texto Maria Vieira

foto Renato Nunes



O Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho organizou no passado dia 22 de Setembro, uma conferência que teve como objetivo o lançamento de uma campanha de sensibilização e informação sobre os riscos de exposição ao amianto. A UGT pretendeu com esta campanha como anunciou a Secretária Executiva, Vanda Cruz, coordenadora do departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) esclarecer sindicalistas e trabalhadores sobre a problemática do amianto, incutindo uma verdadeira cultura de sensibilização e prevenção.

Para uma plateia que contou com a participação de dezenas de estudantes de cursos profissionais de construção civil, o Secretário-geral da UGT, na sessão de abertura, falou da importância dos sindicatos na salvaguarda dos direitos, mas também das condições de trabalho e de segurança de todos os trabalhadores. Para o líder da UGT, a cultura sindical de uma efetiva sensibilização e prevenção de locais de trabalho mais saudáveis começa em idade escolar, daí a importância do elo de ligação

constante entre o mundo sindical e as escolas profissionais.

Ainda na sessão de abertura, o Inspetor-geral da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Pedro Pimenta Braz, afirmou que em relação à questão do amianto, a lei existente é suficiente, deve contudo ser bem aplicada. “Mais do que fazer novo enquadramento jurídico, é necessário sim operacionalizar a lei existente”, disse.

Também o Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Augusto Ferreira Guedes, considerou este debate importantíssimo porque é em idade mais precoce que têm de ser feitos estes alertas. Para o bastonário, todos os agentes da sociedade civil devem ser envolvidos e sensibilizados para esta matéria, pois “todos nós temos de ser inspetores e devemos ser chamados a intervir”.

Seguiu-se a apresentação do Guia de Boas Práticas e da Brochura desenvolvidos por José Delgado, perito em questões de amianto que colaborou com a UGT no desenvolvimento de dois manuais que pretendem estabelecer os procedimentos para preve-

nir os trabalhadores e a população em geral, contra os riscos de exposição ao amianto, criando condições para a existência de informação clara e objetiva e em simultâneo, locais de trabalho e espaço públicos, seguros e saudáveis.

O último painel da manhã versou sobre as preocupações dos trabalhadores na remoção de materiais que contém amianto e teve como convidados Manuela Neves, técnica superior da ACT que explicou os procedimentos, a abordagem e a metodologia desenvolvida para a remoção dos materiais com amianto. Outra das convidadas foi Maria do Carmo Proença, coordenadora da Unidade de Ar e Saúde Ocupacional do Instituto Ricardo Jorge, que abordou esta temática na perspetiva da saúde e das consequências da exposição a produtos ou materiais com amianto.

Durante a tarde, a mesa redonda debruçou-se sobre o amianto na perspetiva da educação e do sector da Administração pública, onde estiveram presentes Rui Correia, da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho do Instituto Nacional de Estatística, Jorge Neves, vice-pres-

idente da Associação Nacional de Freguesias, e os dirigentes sindicais, Carla Cardoso, do Sindicato dos Inspectores de Trabalho, João Dias da Silva, Secretário-geral da FNE, e José Abraão, Secretário-geral da FESAP.

O primeiro orador debruçou-se sobre os procedimentos adotados pela entidade que representa na remoção de materiais com amianto quando tiveram conhecimento da sua existência nos edifícios onde trabalhavam. Para Rui Neves, a capacidade de intervenção sobre estes materiais é limitada pois o desconhecimento sobre o tratamento destes produtos ainda ocorre, pelo que a disponibilidade técnica, o envolvimento dos trabalhadores e a informação dos mesmos para evitar situações de pânico revelou-se no caso particular como essencial.

O convidado Jorge Neves, em representação do poder local disse que o processo de remoção e intervenção em edifícios públicos ainda não está completo e que o poder financeiro das juntas de freguesia para outro tipo de atividades é escasso.

A sindicalista Carla Cardoso falou da excessiva burocracia com os inspetores do trabalho se deparam na instauração de contraordenações sobre amianto. A dirigente sindical afirmou que o papel dos inspetores passa muito pela pedagogia, alertando e

consciencializando, empregadores e trabalhadores, para os riscos de exposição a materiais com amianto.

Já o Secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, alertou na sua intervenção para a necessidade de os sindicatos exigirem o máximo de informação disponível sobre este assunto.



Para o dirigente sindical, a intervenção da UGT e dos seus sindicatos é fundamental na obrigação que existam em todas as escolas comissões de segurança e saúde no trabalho, enquanto promotoras da saúde no ensino. Preocupações semelhantes foram espelhadas na intervenção do Secretário-geral da FESAP sobre um problema que afecta a saúde de trabalhadores da Administração Pública.

A sessão de encerramento esteve a cargo de Paulo Diegues, da Divisão de Saúde Ambiental e Ocupacional

da DGS que afirmou que em termos de saúde ainda há muito a fazer, até porque em termos de diagnóstico existe um gap temporal entre a fase de exposição e a fase de diagnóstico. Para Paulo Diegues esta não é apenas uma questão de saúde, mas também um problema ambiental, pelo que há que avaliar o risco e monitorizá-lo. Considerou ainda que o Governo tem dado passos largos nesta matéria, contudo é determinante, na sua opinião, que o executivo tome como prioritária a segurança e saúde no trabalho e que também, as entidades patronais tenham em conta a questão do amianto nas suas políticas de saúde.

A Secretária-geral Adjunta, Dina Carvalho, encerrou esta conferência desenvolvida no âmbito do PO ISE, congratulando-se com a iniciativa da UGT na produção de informação específica e especializada sobre o amianto. Para a dirigente sindical, a informação das pessoas, trabalhadores e empregadores, sobre o amianto é fundamental na gestão dos riscos e para alcançar um sistema de segurança e saúde sustentado e integrado •

O Guia de Boas Práticas: Remoção de Amianto, desenvolvido pelo perito José Manuel Delgado encontra-se disponível para download em <http://bit.ly/2wiPmlY>



publicidade

**CICLO DE CONFERÊNCIAS
IGUALDADE
DE GÉNERO:
UM DESAFIO
PARA A DÉCADA**

27
outubro
2017
Lisboa
Grande Auditório da UGT,
Rua Vitorino Nemésio n. 5 - Arnelas

Entrada livre

Coordenador:
Rui Nunes

Organização:

14h30 > Sessão de abertura:
Rui Nunes - Prof. Catedrático da Faculdade de Medicina do Porto
Carlos Silva - Secretário-Geral da União Geral de Trabalhadores
Miguel Guimarães - Bastonário da Ordem dos Médicos
Edgar Loureiro - Presidente do SINDITE
Lina Lopes - Presidente da Comissão de Mulheres da União Geral de Trabalhadores
Isabelle Oliveira - Professora da Sorbonne Nouvelle

Sessão presidida por sua Excelência o Sr. Dr. António Costa, Primeiro Ministro

Momento Cultural - Adriana Henriques

16h00 > Painel - A Igualdade de Género e a Cidadania
Moderação: Francisca Rêgo
Conferência: Teresa Pizarro Beleza
Comentadores: Cristina Rodrigues, Dina Carvalho, Marta Peneda, Mário Teixeira, Paula Bernardo, Soraia Duarte, Vasco Teixeira

17h15 > Discussão

17h45 > Encerramento:
Guilhermina Rego - Professora da Faculdade de Medicina do Porto
Lucinda Dâmaso - Presidente da União Geral de Trabalhadores

Logo of the University of Porto (UPorto) and the Faculty of Medicine of the University of Porto.

Logo of the University of Lisbon (Universidade Nova de Lisboa).

Logo of the Portuguese General Workers' Union (UGT).

Logo of the Portuguese Republic.

Secretários-Gerais da FNE e UGT visitam duas escolas no Porto

texto Lúcia Macau

foto FNE



O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, e Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, visitaram, na manhã de 8 de setembro de 2017, a Escola de Comércio do Porto e o Agrupamento de Escolas (AE) Dr. Costa Matos, nas Devesas, V.N.Gaia, para assinalar o primeiro dia de abertura do ano letivo de 2017-2018.

A visita à Escola de Comércio do Porto teve como objetivo alertar para as dificuldades e para os grandes desafios do Ensino Profissional (EP) em Portugal e contou com a participação de José Luís Presa, Presidente da ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais. Nesta visita, todas as organizações se congratularam pelo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) recentemente assinado pela FNE e pela CNEF, que regula as condições de trabalho de todo o setor privado da educação.

João Dias da Silva felicitou a equipa de negociação do CTT e frisou que a FNE quer contribuir para a valorização do EP em Portugal, para que ele se torne uma primeira escolha das famílias e dos alunos. Por seu lado, Carlos Silva realçou que o CTT

é o resultado do compromisso e da vontade entre as partes e que a UGT tem uma grande intervenção ao nível do Diálogo Social em Portugal, que "muito contribui para a estabilidade do país".

Já na visita ao AE Dr. Costa Matos, em V.N.Gaia, Filinto Lima, seu diretor, acentuou o desgaste profissional dos docentes e referiu que "temos que reconquistar o que perdemos na profissão docente", em matéria de condições de trabalho, de valorização e de retribuição financeira. "A UGT e a FNE lutam por uma escola de qualidade e o importante é que os nossos alunos tenham ofertas educativas que promovam o seu sucesso e o sucesso da sociedade", notou de seguida João Dias da Silva. O Secretário-Geral da UGT adiantou que o Estado tem uma grande responsabilidade em defender as pessoas com deficiências e que os professores têm que ser valorizados e respeitados. "O Governo não pode ser autista. Não pode haver autismo nos Governos", esclareceu.

O problema das grandes injustiças nas colocações foi lembrado pela FNE e pela UGT, uma vez que o prémio de uma vinculação ao fim de 10 ou 20 anos de contratação não pode ser uma colocação a 200

ou 300 km da sua habitação. "Isto não é trabalho digno", resumiu o Secretário-Geral da FNE.

Durante a tarde, a FNE e a UGT promoveram uma conferência de imprensa conjunta sobre o acompanhamento das condições de abertura do ano letivo de 2017-2018, que decorreu nas novas instalações da FNE, na Rua Pereira Reis, 399, no Porto.

João Dias da Silva sublinhou que continuamos a ter um sistema educativo assente na precariedade de professores contratados e de professores do quadro e que "é um imperativo nacional a revisão do diploma de concursos, para se por fim a múltiplas injustiças que colocam professores contra professores". O Secretário-Geral da FNE referiu ainda que as escolas continuam com um número insuficiente de não-docentes e que o recurso à greve poderá estar em cima da mesa ainda neste primeiro período. "Não vale a pena continuarmos a fazer reuniões com o Ministério da Educação para ficar tudo na mesma", referiu.

Por seu lado, Carlos Silva realçou que a UGT assinou um acordo tripartido, que o Governo assinou e a que não pode fugir. "Queremos dar dignidade à Educação em Portugal e, como há bem pouco tempo referiu o nosso Presidente da República, é preciso negociar, investir no Diálogo Social, na concertação. Mas um processo negocial tem que ter consequências, pois é um acordo entre as partes", acentuou. Para o Secretário-Geral da UGT, "o Governo tem que ter sensibilidade social, não pode fechar a porta aos processos negociais" •

Download Documento:

"Educação: Um novo ano lectivo em que o Governo tem de dar respostas concretas", através do link: <http://bit.ly/2hKIVOI>



UGT UNIDA NA DEFESA DOS TRABALHADORES DA PT

texto Tiago Kalidás

foto Lúcia Macau e Renato Nunes



O Secretário-geral da UGT esteve presente na greve dos trabalhadores da Portugal Telecom (PT), junto dos dirigentes do SINDETELCO, num protesto que juntou em Lisboa, no dia 22 de julho, cerca de 2000 trabalhadores na sede da empresa em Picoas.

Para Carlos Silva a possibilidade de despedir três mil trabalhadores da PT – agora detida pela ALTICE – bem como a transferência para outras empresas do grupo é “criminosa” e “imoral”.

“É um empresariado imoral, que tenta esmagar os direitos dos trabalhadores e não olha para as necessidades de quem trabalha”, vincando que, com a possibilidade de despedimento de três mil trabalhadores da PT, “a ALTICE não é bem-vinda”.

O líder da UGT realçou ainda que espera que o primeiro-ministro, o Governo e o Presidente da República “não permitam que uma coisa destas aconteça”. “Não queremos capitalismo selvagem em Portugal.

Não queremos empresários selvagens em Portugal. É um crime o que pode acontecer na ALTICE e subscrevemos a preocupação manifestada pelo primeiro-ministro”, afirmou, realçando que o investimento feito tem de ser “um investimento digno” que crie riqueza e não gere “conflitos sociais”.

Esta tinha sido uma situação que já tinham merecido o alerta por parte do SINDETELCO, num comunicado no qual denunciava que a PT/MEO estava a proceder a uma deslocação de trabalhadores dos seus quadros para empresas externas, naquele que considerou como sendo “um pro-

cesso de despedimento encapotado”, que, de acordo com rumores internos, poderia atingir centenas de trabalhadores até ao final deste ano.

No comunicado pode ler-se que a externalização, segundo a PT/MEO, não é opcional e caso o trabalhador rejeite mudar de empresa será convidado a rescindir com a PT/MEO. Outras das consequências desta movimentação, para os trabalhadores envolvidos, são a perda do sistema de saúde da PT (PT-ACS) e o fim da abrangência do Acordo da Empresa da PT, com todas as consequências que isso acarreta, alertou o sindicato •



STAS promove Igualdade de Género

texto STAS

A Direção do STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, no seu novo mandato que iniciou em 2016, definiu como um dos seus objetivos prioritários a questão da igualdade, propondo-se debater o tema da Igualdade de Género de uma forma totalmente inovadora no setor segurador.

A criação de uma Comissão para a Igualdade de Género, uma das propostas constantes do programa de ação dos órgãos dirigentes eleitos, é uma das apostas fortes da Direção do STAS. A CIGAS - Comissão para a Igualdade de Género na Atividade Seguradora - tem como objetivo geral promover ações específicas para a discussão e integração da perspectiva de género no setor segurador, pro-

movendo a participação de homens e mulheres nesta temática. Mas pretende ir mais longe, desafiando o que até aqui se verifica no setor.

Instituir a introdução de linguagem inclusiva de género nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho foi uma proposta que à primeira vista parecia quase impossível. “Se és capaz de sonhar, és capaz de fazer”, ou “O sonho comanda a vida” são apenas algumas frases que dão força ao Sindicato mais representativo do setor, para continuar a acreditar que sim, é possível quando queremos.

Ainda numa fase embrionária, a CIGAS já está a dar os primeiros passos rumo à sua missão pela

igualdade. No passado mês de junho o STAS subscreveu o novo Acordo Coletivo de Trabalho com o Grupo AGEAS, que constitui o primeiro instrumento de regulamentação coletiva redigido com a linguagem inclusiva de género.

Consideramos que é um passo importante para a integração da igualdade entre Homens e Mulheres no seio das empresas do setor segurador. O STAS e a CIGAS estão assim de parabéns pela primeira “pequena”, mas grande conquista. “Uma viagem de mil milhas começa com um único passo.” (Lao-Tsé) •

SINDEL com energias renovadas a dar cartas em várias frentes

texto SINDEL foto SINDEL



Após a realização do seu XII Congresso, em março deste ano (o Jornal Especial sobre o evento acaba de sair), o SINDEL tem desenvolvido uma atividade diversificada. Agora com um novo Secretário-geral – Rui Miranda, velho conhecido do movimento sindical democrático e membro efetivo do Secretariado Nacional da UGT desde 2013 – está a “dar cartas” em todas as frentes que a sua atividade cobre, nomeadamente a Energia, a Indústria e o Ambiente.

Alargamento da atividade aos Açores. O SINDEL foi procurado em maio deste ano por um grupo de trabalhadores da Electricidade dos Açores e foi, depois, recebido de braços abertos na empresa, na qual já conta com quase centena e meia de sócios.

Uma delegação do sindicato que se deslocou a Ponta Delgada teve oportunidade de se encontrar com o Presidente da elétrica açoriana e de estabelecer relações de cooperação com a UGT local.

Indústria – sucesso com a ABIMOTA; preocupação na Autoeuropa

O SINDEL assinou em junho com a ABIMOTA – Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, um novo Contrato Coletivo de Trabalho, que irá ter aplicação em todas as empresas associadas, regulando o setor. A anterior versão do CCT estava em vigor desde 2001.

São conhecidos os problemas vividos na Autoeuropa. O SINDEL tem ali associados e reuniu em agosto com a Direção da empresa, no sentido de se informar sobre todas as variáveis do processo que levou à perturbação do clima laboral. Mantemo-nos em campo, sempre atentos e prontos para fazer parte da solução, salvaguardando os postos de trabalho e a dignidade dos trabalhadores.

Grupos AdP e EGF: a insistência dá pontos à razão

Tanto no setor das águas (Grupo AdP) como no dos resíduos (Grupo EGF), o SINDEL está a desenvolver um trabalho árduo no sentido de introduzir a Contratação Coletiva e conseguir, por essa via, relações laborais mais estáveis e climas sociais mais harmoniosos.

Podemos dizer que a intensidade que o SINDEL tem colocado na sua vontade de dialogar e resolver está, em ambos os setores, a dar frutos •



AGENDA

Outubro

Sabias Que + Agenda

3	Audição UGT - Apreciação de iniciativas legislativas sobre parentalidade e igualdade de género
9	Plenário do CES
9	Conversas sobre PRP...Constrangimentos da actividade inspectiva - Santarém
10	Conversas sobre PRP... A problemática dos riscos psicossociais no local de trabalho - C.Branco
11	Audiência com Primeiro-Ministro, Ministro do Trabalho, UGT e Líderes sindicais internacionais
11	Conferência Internacional UGT "O Futuro da Europa"
13	Conversas sobre PRP...Prevenção de Acidentes de Trabalho - Setúbal
16	Conversas sobre PRP...Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas - Nazaré
21/22	5º Encontro Nacional de Jovens UGT - Ferreira do Zêzere
27	39º Aniversário UGT - Ciclo de Conferências "Igualdade de Género - Um desafio para a Década

?? SABIA QUE ...



TEXTO
JOSÉ CORDEIRO
SECRETÁRIO EXECUTIVO UGT

Os países nórdicos têm as mais elevadas taxas de sindicalização (aproximadamente 70% dos trabalhadores estão sindicalizados)... Mas (há sempre um "mas"!)

A tal diferente sistema é dado o nome de sistema de Ghent ou Gand. Este modelo têm como característica fundamental a existência de dum acordo ou pacto social em que a principal responsabilidade pelos pagamentos de assistência social, especialmente os benefícios de desemprego, é gerida e administrada pelos sindicatos em vez de ser gerida por uma agência governamental.

O nome do sistema deriva da cidade Belga onde primeiro foi implantado, que foi a cidade de Gand ou Ghent .

Este modelo predominante na Dinamarca, Finlândia, Islândia e Suécia faz com que sejam os sindicatos a gerir o modelo de subsídios de desemprego. Na Bélgica ainda subsiste um modelo "quase Ghent", considerado um modelo híbrido, pois o governo também desempenha um papel significativo na distribuição de certos benefícios sociais advenientes das contribuições dos trabalhadores.

Os trabalhadores, neste modelo, fazem eles próprios através das suas organizações sindicais a gestão dos benefícios sociais associados ao mundo do trabalho e com certeza por isso, também, o grau de sindicalização seja mais elevado.

**INSCRIÇÕES
ONLINE**
www.fne.pt

O NOVO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO PARA O ENSINO PRIVADO PELO EMPREGO

25 OUTUBRO
16:30H

AUDITÓRIO DA UGT
Rua Vitorino Nemésio nº 5
1750-306 Lisboa

M AMEIXOEIRA

fne